

O AUMENTO DA FORMALIZAÇÃO DAS RELAÇÕES DE TRABALHO COMO CONSEQUÊNCIA DA EXPANSÃO ECONÔMICA*

Carlos Henrique L. Corseuil**

Miguel N. Foguel**

1 INTRODUÇÃO

O objetivo desta nota é apresentar uma teoria que relaciona a evolução do grau de informalidade no mercado de trabalho com as diferentes fases do ciclo econômico. Além da exposição da teoria, o texto traz também uma análise empírica que procura mostrar se a teoria é compatível com a dinâmica do mercado de trabalho metropolitano brasileiro no período entre 2003 e 2008.

O arcabouço teórico a ser explorado foi formulado originalmente em Moscarini e Postel-Vinay (2009). Para ser mais preciso, os autores analisam como varia a participação do emprego entre firmas com alto e baixo nível de emprego ao longo do ciclo econômico. Embora o artigo não faça nenhuma alusão ao grau de informalidade, veremos mais adiante que o arcabouço pode ser adaptado para analisar essa dimensão do mercado de trabalho.

2 ARCABOUÇO TEÓRICO

O principal mecanismo do arcabouço proposto pelos autores está relacionado ao processo de recrutamento das firmas grandes que, em determinada fase do ciclo econômico, busca mais intensamente atrair trabalhadores empregados nas firmas pequenas. Supõe-se que a todo instante qualquer trabalhador, desempregado ou não, tem uma probabilidade fixa de receber uma proposta de emprego. A decisão de aceitar ou não tal proposta depende da comparação do salário oferecido com o salário de reserva do trabalhador. O salário de reserva vem a ser o seguro-desemprego para aqueles desempregados, ou o salário corrente para aqueles empregados. Portanto é de se esperar que o salário de reserva do trabalhador desempregado seja o menor de todos.

Nesse contexto, a argumentação de Moscarini e Postel-Vinay (2009) pode ser resumida da seguinte maneira. Imagine uma economia começando a sair de uma recessão e prestes a atravessar um período continuado de aumento do nível de atividade com queda do desemprego. No primeiro momento as firmas concentram seus esforços em recrutar trabalhadores do desemprego dada a abundante oferta de trabalhadores nesse estado, e também o fato de ser possível atraí-los com salários relativamente baixos.

À medida que o tempo passa, o desemprego tende a diminuir e começa a ficar mais difícil recrutar trabalhadores dessa fonte. No entanto, com o nível de atividade subindo, cresce também a necessidade de contratação por parte das firmas. Tomando como dado que as firmas grandes têm capacidade de pagar salários maiores do que os pagos pelas pequenas, torna-se vantajoso para o primeiro grupo oferecer salários maiores a fim de atrair trabalhadores que estão empregados em firmas pequenas. Esse fluxo dos trabalhadores das firmas pequenas

* Gostaríamos de agradecer a ajuda que tivemos de Marina Águas e Júlio Silva.

** Técnicos de Planejamento e Pesquisa da Diretoria de Estudos Sociais – Disoc/Ipea.

para as grandes faz crescer a participação dos empregados nas firmas grandes no total do emprego durante a recuperação da economia.¹ Esta é a principal predição a ser explorada nesta nota. Na realidade, exploraremos tal predição com base em uma adaptação do arcabouço, que considera a coexistência dos setores formal e informal na economia brasileira.

Por trás do fato de existirem firmas de diferentes tamanhos pagando salários distintos, há uma hipótese de que as firmas diferem no que diz respeito ao seu nível de produtividade. Os autores mostram que os maiores níveis de emprego e salário associados às firmas grandes resultam do fato de serem estas, antes de mais nada, mais produtivas.

Assim toda a descrição formulada para a evolução do emprego entre firmas grandes e pequenas pode ser reformulada para firmas muito produtivas e pouco produtivas, respectivamente. Se considerarmos que as firmas do setor formal são mais produtivas do que as do setor informal, a adaptação do arcabouço teórico torna-se imediata. Nossa proposta é, portanto, considerar uma divisão das firmas em formais e informais em vez de grandes e pequenas.

De acordo com essa versão da teoria, deveríamos observar a participação do emprego formal crescendo num período de expansão da economia, principalmente do meio para o final desse período. Esse crescimento seria baseado num fluxo de trabalhadores das firmas informais para as formais. No restante desta nota, verificaremos se os dados para o mercado de trabalho metropolitano brasileiro para o período de 2003 a 2008 corroboram essas predições.

3 ANÁLISE EMPÍRICA

Usaremos dados da Pesquisa Mensal de Emprego (PME), do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), sobre desemprego, emprego com carteira assinada, emprego sem carteira assinada e o fluxo de trabalhadores entre postos sem carteira e com carteira.² Para obter essa última informação usaremos o caráter longitudinal da PME.

Para ser mais preciso verificaremos se:

a) A participação dos trabalhadores com carteira entre os empregados na esfera privada tende a aumentar quando o desemprego cai.

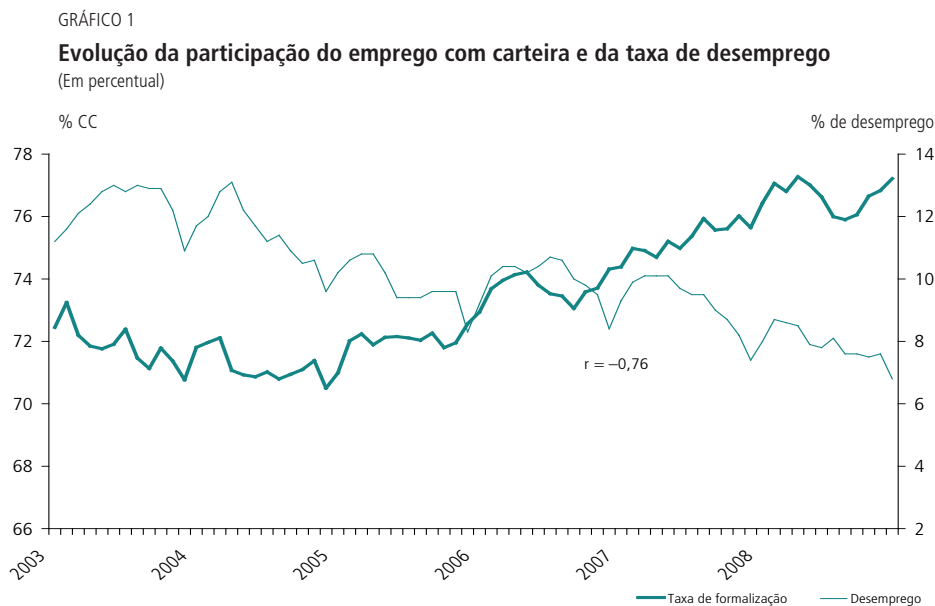
b) O fluxo de trabalhadores de postos sem carteira para com carteira tende a crescer, em relação ao fluxo do desemprego para o com carteira, quando o desemprego cai.

O gráfico 1 traz evidências sobre o primeiro ponto mencionado (*a*), mostrando a evolução tanto da taxa de desemprego como da participação dos trabalhadores com carteira no total de empregos do setor privado (daqui em diante chamaremos esse indicador de taxa de formalização). A olho nu, as séries parecem ser negativamente correlacionadas, como prediz a teoria, ou seja, em períodos de queda da taxa de desemprego haveria um aumento da taxa de formalização. Esse fenômeno aparece de forma mais evidente no gráfico a partir dos últimos meses de 2004. A fim de ter um indicador mais preciso dessa relação calculamos

1. No início do período de recuperação da economia, enquanto as firmas grandes se limitam a recrutar trabalhadores desempregados, pode acontecer um aumento na participação das firmas pequenas no emprego, caso estas tenham maior representatividade na economia e tornem o contato de um desempregado com elas mais provável do que com as firmas grandes.

2. Implicitamente estamos assumindo que os postos formais são oferecidos somente por firmas formais e os postos informais, somente por firmas informais. Outra opção é reformular a teoria assumindo que firmas que empregam trabalhadores com carteira assinada sejam mais produtivas do que aquelas que empregam sem carteira assinada.

o coeficiente de correlação (r) dessas séries. O resultado não só confirma nossa suspeita de uma correlação negativa, como indica uma magnitude expressiva de $-0,76$.



A análise do segundo ponto requer a utilização de um indicador construído a partir de informações de fluxos entre posições na ocupação que não estão disponíveis nas informações divulgadas pelo IBGE, e requer, portanto, o processamento dos microdados da PME. O nosso indicador deve captar em que medida as firmas com postos formais passam a recrutar relativamente mais ou menos trabalhadores das firmas com postos informais *vis-à-vis* a quantidade de trabalhadores desempregados recrutados. Assim, construímos o seguinte indicador, ao qual chamaremos de viés pró sem carteira no processo de recrutamento do setor formal:

$$Z_t = \text{fluxo}(SC_{t-1} \rightarrow CC_t) / [\text{fluxo}(SC_{t-1} \rightarrow CC_t) + \text{fluxo}(DES_{t-1} \rightarrow CC_t)]$$

onde o numerador representa o número de trabalhadores que passaram a ocupar postos formais ou com carteira (CC) no mês t , provenientes de postos de trabalho informais, ou sem carteira (SC) no mês anterior ($t-1$). Já o denominador incorpora também o fluxo proveniente do desemprego.

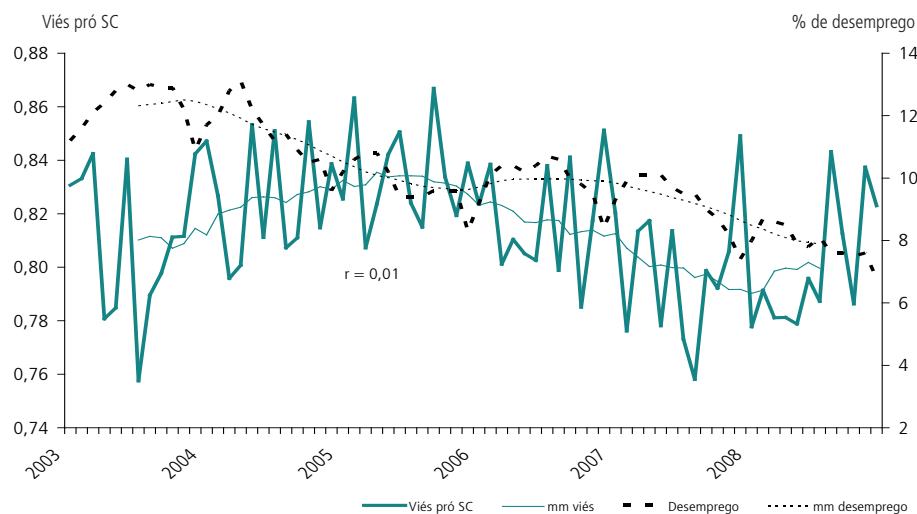
As linhas finas no gráfico 2 mostram a evolução desse indicador juntamente com a evolução do desemprego entre 2003 e 2008. Nesse caso é muito mais difícil enxergar uma eventual associação entre as séries, em parte pela alta volatilidade demonstrada pelo nosso indicador de fluxo. De fato, o coeficiente de correlação entre essas séries é de 0,01, mostrando que, pelo menos no período inteiro de 2003 a 2008, parece não haver uma associação entre a taxa de desemprego e o viés pró sem carteira no recrutamento do setor formal.

Contudo, uma correlação nula no período completo pode ser causada por correlações não-nulas e com sinais trocados em subperíodos distintos que se cancelam quando consideramos o período inteiro. A fim de elucidar se de fato os movimentos não são relacionados em nenhum momento entre 2003 e 2008, “suavizamos” ambas as séries calculando as respectivas médias móveis de 12 meses, ilustradas com linhas mais grossas no mesmo gráfico.

GRÁFICO 2

Evolução do viés pró sem carteira e da taxa de desemprego

(Em percentual)



Essas séries suavizadas resgatam uma informação, que não era evidente nas séries originais, de que até o final de 2006 as séries são claramente correlacionadas negativamente, e em seguida, de 2007 a meados de 2008, tornam-se positivamente correlacionadas. De fato, o coeficiente de correlação das séries brutas, que é de 0,01 para o período todo como já visto, passa para $-0,41$ quando consideramos o subperíodo 2003 a 2006 (inclusive). Assim, podemos dizer que na maior parte do período analisado o viés pró sem carteira no recrutamento do setor formal é de fato negativamente relacionado com o desemprego, como previsto pelo arcabouço teórico exposto no início desta nota.

4 CONCLUSÃO

Nesta nota procuramos verificar se o comportamento recente do grau de formalização no mercado de trabalho metropolitano brasileiro pode ser explicado por uma teoria recém-formulada que atrela a evolução dessa taxa às diferentes fases do ciclo econômico.

A teoria advoga que a taxa de (in)formalidade deve subir (cair) na medida em que o desemprego cai, devido a uma mudança na estratégia de recrutamento de trabalhadores para postos formais. A composição dos novos ocupantes destes postos tenderia a ser cada vez mais concentrada em trabalhadores provenientes de postos informais em relação àqueles provenientes do desemprego. Mostramos evidências para o mercado de trabalho metropolitano brasileiro entre 2003 e 2008 que corroboram ambas as previsões. Dessa forma oferecemos uma explicação alternativa para a variação observada no grau de formalização nesse período.

REFERÊNCIAS

MOSCARINI, G.; POSTEL-VINAY, F. The timing of labor market expansions: new facts and a new hypothesis. In: ACEMOGLU, D.; ROGOFF, K.; WOODFORD, M. (Eds.). *NBER Macroeconomics Annual*, 2009.